

TRATADO DA EMENDA DO INTELECTO



UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor
JOSÉ TADEU JORGE

Coordenador Geral da Universidade
ALVARO PENTEADO CRÓSTA



Conselho Editorial

Presidente

EDUARDO GUIMARÃES

ELINTON ADAMI CHAIM – ESDRAS RODRIGUES SILVA

GUIA GRIN DEBERT – JULIO CESAR HADLER NETO

LUIZ FRANCISCO DIAS – MARCO AURÉLIO CREMASCO

RICARDO ANTUNES – SEDI HIRANO

Comissão Editorial da Coleção Fausto Castilho Multilíngues de Filosofia Unicamp

ALEXANDRE GUIMARÃES TADEU DE SOARES (coord.)

BENTO PRADO (†) – DANIEL GARBER – EDUARDO GUIMARÃES

FAUSTO CASTILHO (†) – FRANKLIN LEOPOLDO E SILVA

GIULIA BELGIOIOSO – OSWALDO GIACOIA JÚNIOR

Espinosa

TRATADO DA EMENDA DO INTELECTO

Edição em latim e português

Tradução

Cristiano Novaes de Rezende

Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990. Em vigor no Brasil a partir de 2009.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO
SISTEMA DE BIBLIOTECAS DA UNICAMP
DIRETORIA DE TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO

SP47C	Spinoza, Benedictus de, 1632-1677. <i>Tratado da emenda do intelecto</i> / Espinosa; tradução: Cristiano Novaes de Rezende. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2015. (Coleção Fausto Castilho Multilíngues de Filosofia Unicamp) Edição em latim e português. 1. Ciência – Metodologia. 2. Filosofia. 3. Ética. a. 4. Felicidade. 5. Verdade. I. Rezende, Cristiano Novaes de. II. Título.	CDD 501 100 170 158.1 121
ISBN 978-85-268-1233-8		

Índices para catálogo sistemático:

1. Ciência – Metodologia	501
2. Filosofia	100
3. Ética	170
4. Felicidade	158.1
5. Verdade	121

Título original: *Tractatus de intellectus emendatione*

Copyright © da tradução by Fundo Fausto Castilho
Copyright © 2015 by Editora da Unicamp

Direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19.2.1998.
É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização,
por escrito, dos detentores dos direitos.

Printed in Brazil.
Foi feito o depósito legal.

Direitos reservados à

Editora da Unicamp
Rua Caio Graco Prado, 50 – Campus Unicamp
CEP 13083-892 – Campinas – SP – Brasil
Tel./Fax: (19) 3521-7718/7728
www.editora.unicamp.br – vendas@editora.unicamp.br

SUMÁRIO

NOTA INTRODUTÓRIA	7
TRATADO DA EMENDA DO INTELECTO	23
ADVERTÊNCIA AO LEITOR.	25
TRATADO DA EMENDA DO INTELECTO, E DA VIA PELA QUAL ELE SE DIRIGE DA MELHOR MANEIRA AO VERDADEIRO CONHECIMENTO DAS COISAS.	27

NOTA INTRODUTÓRIA

A presente tradução do *Tractatus de Intellectus Emendatione* (TIE) foi elaborada diretamente do texto latino estabelecido por Carl Gebhardt e publicado no volume II de sua edição em cinco volumes das obras completas de Espinosa: *Spinoza Opera*¹. Embora tenha sido essa a estrita base de tradução aqui adotada e disponibilizada no formato bilíngue, também foram consultados: o texto latino apresentado e discutido por Bernard Rousset (*Spinoza – Traité de la Réforme de l'Entendement*²) e o texto latino estabelecido por Filippo Mignini no primeiro volume da recente edição crítica francesa das obras completas de Espinosa (*Spinoza – Oeuvres I – Premiers Écrits*³). É com base nesta última edição, mais precisamente na *Introduction au Tractatus de Intellectus Emendatione*⁴, elaborada por Mignini, que se organiza o subsequente resumo, brevíssimo, da história editorial do texto, o que se justifica não só em razão da minúcia com que Mignini aí recuperou essa história, mas também pelo fato de haver sido ele próprio o iniciador da atual fase de renovada discussão sobre o tema, não somente narrando, mas tomando parte dessa história editorial.

¹ im Auftrag der Heidelberger Akademie der Wissenschaften, hrsg. v. C. Gebhardt, Heidelberg [1925], 1972r; *Supplementa*, vol. V, hrsg. v. C. Gebhardt, C. Winter, Heidelberg, 1987.

² Introduction, texte, traduction et commentaire de B. Rousset. Paris, Vrin, 1992.

³ Paris, PUF, 2009. Col. Épiméthée.

⁴ *Op. cit.*, 2009, pp. 21-58.

Depois da morte de Espinosa, aos 44 anos, em 21 de fevereiro de 1677, seus amigos mais próximos tiveram em mãos o baú em que o filósofo conservava seus manuscritos, inclusive os ainda inéditos. Após a leitura do material ali guardado, foi tomada pelo grupo a decisão de selecioná-lo, revisá-lo e publicá-lo em duas edições, organizadas principalmente por Jarig Jelles e Lodewijk Meijer: (a) uma em latim (*B. d. S. Opera Posthuma, Quorum series post Praefationem exhibetur*, 1677), contendo, na seguinte ordem, as obras *Ethica*, *Tractatus Politicus*, *Tractatus de Intellectus Emendatione*, *Epistolae* e *Compendium grammatices linguae Hebraeae*; e (b) uma tradução em holandês, elaborada provavelmente por J. H. Glazemaker (*De Nagelate Schriften van B. d. S. Als Zedekunst, Staatskunde, Verbetering van't Verstant, Brieven em Antwoorden. Uit verscheide Talen in de Nederlandsche gebragt. Gedrukt in 't Jaar 1677*), de mesmo conteúdo. No entender de Mignini, ambas foram produzidas paralelamente com base nos originais autógrafos. Como se nota, as obras publicadas em vida por Espinosa – os *Renati Des Cartes Principiorum Philosophiae*, acompanhados do apêndice *Cogitata Metaphysica*, e o *Tractatus Theologico-Politicus* – não foram aí incluídas. A partir dessas duas edições seiscentistas das obras de Espinosa, seguiram-se, no século XIX, as edições “completas” de Paulus⁵, Gfoerer⁶ e Bruder⁷, tendo sido nesta última que se introduziu no TIE uma nova paragrafação numerada, ainda hoje em uso – não sem críticas, mas com boa funcionalidade para fins de referência – e que se encontra indicada inclusive no corpo da presente tradução (sinalizada com colchetes em negrito).

Porém, em 1862, é dado a público pela primeira vez, por Johannes van Vloten, um *Supplementum* ao conjunto de obras espinosanas até então publicadas. O suplemento continha, além de algumas cartas inéditas e de um pequeno tratado científico sobre o cálculo algébrico da produção ótica do arco-íris (*Stelkonstige Reeckening van den Reegenboog*), o texto em holandês da *Korte Verhandeling van God, de Mensch en deszelvs Welstand* (KV), acompanhado de sua versão para o latim. Esse “Breve Tratado de Deus, do Homem e de seu Bem-Estar”, cujo escopo temático e ordem das matérias lembravam a *Ethica*, não era desconhecido do círculo de amigos de Espinosa, mas foi deixado de fora das duas edições seiscentistas, em proveito justamente da obra

⁵ Jena, 1802-1803.

⁶ Stuttgart, 1830.

⁷ Leipzig, 1843.

magna. Uma reconstrução das peripécias pelas quais passou o texto da KV excede os limites desta nota introdutória, bastando aqui informar que a obra, desprovida da forma geométrica da *Ethica* e considerada, quando de sua primeira recepção, como uma expressão ainda incipiente da filosofia de Espinosa, teria sido presumivelmente escrita em latim, mas tendo sido por fim conservada apenas na forma de dois manuscritos vertidos para o holandês, eivados de diferenças recíprocas e cercados, durante muito tempo, de inúmeras incertezas históricas.

Apesar dessas “fragilidades” editoriais que acometiam o texto da KV, sua publicação teve grande impacto sobre a compreensão do lugar do TIE no interior do *corpus spinozanum*. Com efeito, terminada quase no mesmo ano da edição de Ginsberg do conjunto das obras de Espinosa⁸, uma nova edição das obras completas – e não mais apenas um suplemento – foi publicada pelo mesmo Johannes van Vloten e por J. P. N. Land⁹, contendo a KV em seu interior e colocando, assim, o problema de saber onde ela deveria ser situada: antes ou depois do TIE? Enquanto as edições anteriores, inclusive a de Ginsberg, não se preocupavam tanto com o problema da disposição interna das obras, a edição Van Vloten-Land, além de muitos outros méritos, valeu-se dos debates específicos sobre a KV (notadamente os estudos de Sigwart, Trendelenburg e Scaarschmidt) e organizou-se conforme a tese de que esse Breve Tratado seria a primeira obra escrita por Espinosa, ao passo que o TIE, sendo ainda um de seus primeiros escritos, seria uma obra um pouco mais madura, principalmente porque poderia ser interpretado como uma introdução metodológica à *Ethica*, devendo, portanto, ser posicionado imediatamente antes da obra magna na ordenação interna do *corpus*. Através dos posteriores estudos de Freudenthal – bastante restritivos quanto ao valor da KV –, essa tese se reforça nos últimos anos do século XIX e ganha o início do século XX.

Em 1905, Carl Gebhardt, aluno de Kuno Fischer, escreve uma monografia na qual começa a ser preparada a primeira inflexão de maior relevância nessa tese dominante. Com efeito, uma das principais referências usadas pelos especialistas no debate sobre a datação e a composição do TIE e da KV sempre foi – e ainda é – a Carta 6, de Espinosa a Oldenburg, sem data, mas que responde à precedente, do missivista inglês, enviada de Londres a Espinosa

⁸ Leipzig, 1875-1882.

⁹ Haia, 1882-1883.

em 21 de outubro de 1661, acompanhada do livro *Physiological Essays*, de Robert Boyle. Depois de um longo comentário sobre os experimentos de Boyle com o nitro, Espinosa termina sua resposta retomando algumas questões de metafísica que Oldenburg lhe fizera e escrevendo que “compus um opúsculo inteiro” (*integrum opusculum composui*) sobre “o modo pelo qual as coisas começaram a ser” (*quomodo res coeperint esse*) “e também sobre a emenda do intelecto” (*et etiam de emendatione intellectus*). Ora, enquanto Freudenthal argumentava que a obra referida pela Carta 6 não correspondia à KV, mas sim ao TIE (embora neste a reflexão epistemológica prevalecesse sobre a metafísica), Gebhardt, por seu turno, defendia, influenciado por Kuno Fischer, que o *integrum opusculum* corresponderia, de uma só vez, tanto à KV quanto ao TIE, sendo este como que uma conclusão daquela, além de uma fundamentação metodológica para a ordem geométrica a ser posteriormente empregada na construção da *Ethica*. Entretanto, em 1925, quando da publicação de sua *Spinoza Opera*, Gebhardt passa a defender a tese original de que o TIE não seria uma conclusão, mas, na verdade, uma introdução à KV, muito embora houvesse sido escrito depois dela. Segundo essa nova tese, as referências que Espinosa faz amiúde no TIE à *mea Philosophia* teriam por objeto não a *Ethica* mas sim a KV. Teríamos, assim, um *opusculum bipartitum*, no qual a composição da introdução seria cronologicamente posterior à composição da obra a que ela introduz. Isso engenhosamente explicaria a já alegada maior maturidade do TIE em relação à KV, mas preservaria também a unidade e a conexão dos conteúdos mencionados na Carta 6 como pertencentes a uma só e mesma obra: a emenda do intelecto articulada com a metafísica espinozana já esboçada ao final de 1661 ou início de 1662.

A engenhosidade e a erudição de Gebhardt, que soube valer-se do arcabouço pregresso de conquistas históricas e filológicas sobre o *corpus spinozanum*, fizeram com que sua interpretação das relações entre a KV, o TIE e a *Ethica* prevalecesse durante boa parte do século XX. É apenas a partir de 1979 que justamente Filippo Mignini – pela primeira vez, mas com bons argumentos, tanto externos quanto internos à análise conceitual da filosofia espinozana – rompe com a tradição precedente e passa a defender a tese da anterioridade cronológica do TIE em relação à KV. Para Mignini, o *integrum opusculum* mencionado pela Carta 6 corresponderia apenas às duas partes componentes da KV, sendo a primeira eminentemente metafísica, contendo o que Espinosa descreve na carta como seu pensamento acerca das relações das coisas com sua origem (Deus), e a segunda sendo eminentemente uma tera-

pêutica epistemológica, voltada para objetivos éticos (o Homem e o seu Bem-Estar). Importa notar, a propósito, que Mignini entende que a expressão *emendatio intellectus*, mencionada na Carta 6, poderia ser assumida como equivalente da expressão *medicina mentis*, a qual, por sua vez, não apenas corresponderia – conforme o uso dessa expressão na época – à terapêutica epistemológica praticada na segunda parte da KV, como também seria claramente evocada pelo subtítulo dessa obra, no qual se diz que a KV pretende, entre outras coisas, curar os homens cujo intelecto está doente.

Ademais, Mignini também procura demonstrar, por um lado, que a KV não estaria filosoficamente tão afastada da *Ethica*, como até então se supusera. Por exemplo, na KV o conhecimento é caracterizado como uma passividade (e esta é uma das principais razões pelas quais essa obra foi considerada mais distante da *Ethica* do que o TIE, obras nas quais o conhecimento é claramente uma atividade); entretanto, segundo Mignini, a noção de pura passividade corresponde a um ente de razão no sistema espinosano, de modo que, enquanto conhecimento dos objetos, essa passividade também poderia ser retraduzida como uma atividade representativa. Além disso, há na KV uma atividade do intelecto como conhecimento das próprias ideias (consciência da presença e da formação das ideias na mente), bem como uma atividade da mente nos desdobramentos cognitivos decorrentes da posse de ideias adequadas. Ora, todos esses tipos complexos de passividade/atividade estão presentes na *Ethica*, mas não se encontrariam no TIE de forma tão expressa. Na mesma linha argumentativa, Mignini ainda propõe outros indícios suplementares, tais como: a KV, diversamente do TIE, apresenta uma crítica ao uso da noção de *genus* em contexto definicional, consistente com a filosofia madura de Espinosa; na KV, podem-se encontrar elementos de uma teoria da mente como ideia do corpo, presente na *Ethica* mas supostamente ausente no TIE; a KV, e não o TIE, implicaria uma doutrina da imortalidade da alma, semelhantemente ao que se passa na *Ethica* (de forma que a anterioridade do TIE seria condizente com a suposição histórica de que Espinosa, a exemplo de Juan de Prado, até 1659 teria sustentado que a alma morre com o corpo).

De modo complementar, Mignini também procura demonstrar como, por outro lado, o TIE não estaria filosoficamente tão afinado com a *Ethica*, como até então se supusera. Por exemplo, o TIE usaria de maneira ambígua o termo *intellectus*, significando, certas vezes, um tipo determinado de conhecimento (o “quarto modo de percepção”, equivalente ao “terceiro gênero” da *Ethica*) e, certas outras, a força cognitiva humana em geral (uma ambiguidade

de que Espinosa reprovava em Bacon, na Carta 2, a Oldenburg, de setembro de 1661). No TIE, as formas básicas do conhecimento humano são apresentadas como quatro “modos de percepção” (*modi percipiendi*), ao passo que na *Ethica* e na KV elas são nomeadas diversamente e apresentadas em número de três (com vestígios de uma quadripartição mais antiga). Ademais, na *Ethica* é feita explícita recusa do termo *perceptio* – por conotar passividade – na designação da atividade cognitiva em que as ideias consistem. Apenas no TIE o conhecimento “por ouvir dizer” é introduzido antes da “experiência vagante” e apenas nessa obra o conhecimento racional (“terceiro modo de percepção”, correspondente ao “segundo gênero” da *Ethica*), conquanto certo, não é tido como propriamente adequado. No TIE, a teoria sobre as ficções estaria assentada sobre uma concepção de vontade supostamente de inspiração cartesiana e, enquanto tal, incompatível com a *Ethica*. O funcionamento passivo da imaginação no TIE por vezes pareceria¹⁰, aos olhos de Mignini, supor uma interação causal entre mente e corpo, o que é recusado pela filosofia madura de Espinosa. O TIE valoriza o conceito de *genus* no contexto da teoria da definição do singular¹¹, de maneira aberrante em comparação com as críticas à definição aristotélica por gênero e diferença específica, pervasivas no restante do sistema. Por fim, Deus é tratado no TIE como *causa sui* apenas em sentido negativo (o incausado) e, assim, como presumivelmente refratário a uma compreensibilidade integral do ser em termos causais.

Em razão da necessária brevidade desta nota, não será possível discutir agora, um por um, os pontos filosóficos da tese de Mignini. Pretendo retomá-los oportunamente – junto com muitos outros pontos levantados pelo presente trabalho de tradução – em um detalhado estudo teórico em preparação sobre o TIE. Não obstante, avançarei logo mais, nesta introdução, uma ou duas considerações gerais contra as alegadas incompatibilidades do TIE com a *Ethica*, embora não discorde da pura tese da anterioridade defendida por Mignini. Com efeito, dentro da própria tipologia delineada pelo comentador, encontro-me entre os que, não recusando que o TIE tenha começado a ser escrito antes da KV e sido planejado como uma introdução ao sistema, consideram esse tratado como “uma obra que não exprime a filosofia de Espinosa em um momento preciso de sua evolução, mas uma obra que acompanha, por

¹⁰ §§ 84-90.

¹¹ §§ 100-103.

assim dizer, o conjunto da experiência intelectual do filósofo”¹², contendo, por isso, diversas camadas de redação.

Antes de tudo, porém, cumpria apresentar aqui, sumariamente, o estado da arte, no intuito de situar esta tradução no contexto mais amplo das principais problemáticas concernentes às edições do texto latino ora traduzido, inclusive no sentido de justificar o recurso à edição Gebhardt, para além da mera comodidade de seu uso por questões de direitos autorais. Como nota Pierre-François Moreau, na *Introduction Générale aux Oeuvres de Spinoza*, com a qual se abre o primeiro volume da edição crítica francesa já referida¹³,

[...] o interesse da edição de Gebhardt, assim como, em certa medida, o da edição de Van Vloten e Land, é que ela é herdeira e contemporânea do desenvolvimento da pesquisa espinosana especialmente na Alemanha e nos Países Baixos. E isso a torna incomparável com as precedentes. Ela se beneficia dos esforços de pesquisadores do final do século XIX e do início do século XX. Nesse sentido, ela é a edição que corresponde ao desenvolvimento de uma pesquisa espinosana que se quer, enfim, científica.

Não é por acaso, portanto, que, no amplo quadro histórico acima apresentado, ela tenha se firmado como edição canônica, por mais de cinco décadas, junto a todos os especialistas que escreveram sobre a filosofia de Espinosa no período, até que esse mesmo esforço científico produzisse as próprias teses defendidas por Mignini.

Quanto a estas últimas, cabe observar, em linhas muito gerais, que elas parecem minimizar a especificidade da perspectiva metodológica em que o TIE foi escrito. Se esse tratado pode ser considerado como uma introdução à *Ethica*, isso se deve menos à sua posição na cronologia e muito mais ao fato de que, numa ordem analítica, começando como que pela Parte IV da obra magna (“Da Servidão”), ou melhor, começando por uma *historiola* da condição humana sob o jugo heterônomo dos afetos, o TIE narra como é possível chegar à Parte I (“De Deus”) e, finalmente, ter em vista a Parte V (“Da Liberdade”). A fim de bem compreender o TIE, é crucial, portanto, levar em conta a distinção que ele próprio faz¹⁴ entre o “método perfeitíssimo”, que

¹² *Op. cit.*, 2009, p. 42.

¹³ *Op. cit.*, 2009, p. 13.

¹⁴ §38, §44, §49, §51, §86.

parte da reflexão sobre a ideia do Ente Perfeitíssimo, e o “bom método”, que parte da reflexão sobre uma ideia verdadeira qualquer, já disponível, já dada. Ora, as ideias verdadeiras dadas – explica o tratado, em uníssono com o Apêndice da Parte I da *Ethica* – são exemplarmente aquelas geradas pela força nativa do intelecto humano no exercício da matemática, portadoras de uma norma imanente da verdade (mais exatamente, no caso de Espinosa, ideias geradas no exercício de uma matemática de tipo construtivista, inspirada na geometria grega, mas reformulada, no século XVII, no contexto dos confrontos entre geômetras e algebristas a propósito do caráter científico-causal de seus conhecimentos).

Ainda no sentido de caracterizar essas peculiaridades da perspectiva metodológica do TIE, é oportuno mencionar também a Carta 37, de Espinosa a Bouwmeester, de 10 de junho de 1666, que permite compreender que, do ponto de vista de quem rumo em direção ao conhecimento de Deus (como no TIE), e não de quem parte dele (como na *Ethica*), não é mister – nem seria correto – procurar conhecer a mente e suas forças cognitivas a partir de sua causa primeira (quer dizer, em última instância, a partir de Deus), sob pena de patente circularidade. Sintomaticamente, é por minimizar a especificidade dessa perspectiva que se chega a ver no TIE uma situação aporética, assumida até mesmo como razão intrínseca do inacabamento do tratado: “enquanto o discurso sobre o método parece ser reconhecido como um preliminar necessário à constituição da filosofia, seu desenvolvimento mostra que a filosofia efetivamente constituída é o fundamento de um método possível”¹⁵. Ora, a suposta aporia circular dissipa-se assim que se compreenda que o TIE prescreve o “método perfeitíssimo” como devendo ser adotado tão logo seja possível, mas descreve e põe em prática o “bom método”, organizado segundo a “ordem que naturalmente temos”¹⁶, que começa pelo recenseamento do que está dado (mostrando-o), para depois reconstruí-lo (demonstrando-o). O método que pode ser tido, em certa medida, como “preliminar” à filosofia é esse de que fala a Carta 37, ou seja, o “bom método” de que fala o TIE, ao passo que aquele que supõe o conhecimento filosófico de Deus como fundamento já constituído é o “método perfeitíssimo”, de maneira que o método é anterior e posterior à filosofia, mas não no mesmo sentido ou relação. Por isso, não havendo paralogismo intrínseco, é perfeitamente aceitável a decla-

¹⁵ Mignini, *op. cit.*, p. 37.

¹⁶ §18.

ração do autor da “Advertência ao leitor” do TIE (provavelmente J. Jelles), de que Espinosa sempre conservou, até o dia de sua morte, a intenção de concluir e publicar esse tratado (como, aliás, também fica sugerido pela conservação de algumas de suas teses metodológicas centrais na última troca epistolar entre Espinosa e Tschirnhaus, datada do ano de 1676, isto é, apenas um ano antes que a morte arrebatasse nosso filósofo e deixasse inconcluso o tratado). Ademais, no âmbito estritamente biográfico, é sabido que, um dia antes de seu falecimento, Espinosa passara algum tempo queimando papéis... Obviamente, o manuscrito do TIE não estava entre eles.

É inegável a presença de um ar paradoxal na ideia de uma introdução a uma filosofia da imanência, visto que tal imanência seria incompatível com uma introdução que já não fosse – com aparentes redundância e inutilidade – ela própria. Mas o que o TIE ensina é que é preciso descobrir isso mesmo. Ou seja, existe um esforço, um trabalho, um movimento de descobrir que o que se busca como *meta* a ser encontrada alhures já se encontrava, desde sempre, junto de nós, restando, porém, eliminar preconceitos e outros impedimentos extrínsecos, para que o que é evidente de direito se automanifestasse também como evidente de fato. Nesse sentido, o método espinosano não se presta a nos “levar” à ideia verdadeira e a Deus, mas a garantir que não nos alienemos, afastando-nos deles ao buscá-los na distância em que não estão (lá onde eles são apenas imaginados, mas não inteligidos). Entretanto, nessa exata medida, quando o homem já se encontra em certo regime afetivo e cognitivo de heteronomia (que é, segundo Espinosa, o estado mais frequente do homem em sua vida comum), também é cabível falar, sem contradição, da descoberta da imanência como um movimento rumo a Deus e à verdade, desde que se conceda que esse movimento é antes um retorno do que uma partida: “emendar o intelecto (*emendandum intellectum*) e torná-lo apto (*reddendum aptum*) para que as coisas sejam inteligidas (*ad res intelligendas*) do modo tal que é mister, etc.”¹⁷. Que o intelecto intelija, preservando e ampliando sua potência ativa essencial, ou seja, que ele se torne o que é: eis, pois, a tarefa da terapêutica epistêmica, da medicina da mente, que se denomina, com tal especificidade, “emenda do intelecto”.



¹⁷ TIE, §18.

A presente tradução do *Tratado da Emenda do Intellecto* não é a primeira em português. Muito pelo contrário, o leitor lusófono já contava, desde o final dos anos 60 do século passado, com duas traduções desse texto: (1) uma feita diretamente do latim (*Tratado da Reforma da Inteligência*¹⁸), muito importante no Brasil, sobretudo pela frutífera sensibilidade filosófica da introdução e das notas do tradutor, Lívio Teixeira, e (2) outra, portuguesa, feita a partir da tradução francesa de A. Koyré (*Tratado da Reforma do Entendimento*¹⁹). Logo em seguida, (3) uma tradução direta do latim foi produzida em Portugal por Antônio Borges Coelho (*Tratado Sobre a Reforma do Entendimento*²⁰). Não muito tempo depois desta última, foi lançada no Brasil, na coleção *Os Pensadores*, (4) uma nova tradução brasileira, de Carlos Lopes Matos, que discute e revê a de L. Teixeira e incorpora, nas notas, resultados de pesquisas produzidas durante o intervalo de tempo que as separa (*Tratado da Correção do Intellecto*²¹). Por fim, no século XXI, (5) J. Guinsburg e N. Cunha traduzem novamente o tratado – a partir de várias fontes, inclusive Gebhardt – e o publicam no volume I da primeira edição das obras completas de Espinosa em português, organizada pelos referidos tradutores juntamente com R. Romano (*Tratado da Correção do Intellecto*²²). E como é saudável em todos os países que cultivam com seriedade as letras filosóficas, ainda outras traduções do mesmo texto encontram-se em preparação, aos cuidados de colegas que também se dedicam aos estudos espinosanos no Brasil. O público leigo por vezes estranha essa proliferação de traduções de um mesmo texto para uma mesma língua. Há de ser útil, portanto, uma analogia esclarecedora: assim como, partindo das mesmas partituras, uma sinfonia ou um concerto, importantes para o repertório erudito, recebem, de tempos em tempos, novas execuções por novos intérpretes, registradas em novas gravações, pois cada nova interpretação revela inauditas possibilidades

¹⁸ 1ª ed. 1969. Tradução, introdução e notas de Lívio Teixeira. São Paulo, Cia. Editora Nacional. Col. Biblioteca Universitária.

¹⁹ 1ª ed. 1969. Edição bilingue: latim/português. Tradução de Abílio Queiroz. Prefácio e notas de Alexandre Koyré. Lisboa, Edições 70, Col. Textos Filosóficos.

²⁰ 1ª ed. 1971. Tradução, prefácio e notas de A. B. Coelho. Lisboa, Livros Horizonte. Col. Razão e diálogo.

²¹ 1ª ed. 1973. Tradução e notas de C. L. Matos. São Paulo, Abril Cultural.

²² 1ª ed. 2014. *Spinoza – Obra Completa I: (Breve) Tratado e outros escritos*. São Paulo, Perspectiva. Col. Textos.

latentes nas notações originais, assim também, a cada nova tradução de um texto da tradição filosófica, o esforço de captação do sentido revela possibilidades interpretativas, nuances, acentos, tons, que vivificam a letra do texto conforme o espírito de quem o traduz. Traduzir é interpretar; afinal, é o sentido – e não o signo – o que traslada de um idioma a outro.

Ora, não sendo a primeira e não pretendendo tampouco ser a última entre nós, a presente tradução, portanto, se beneficia do fato de que já não é mais necessário apresentar o TIE – ou mesmo as obras completas de Espinosa – aos leitores de língua portuguesa, permitindo que sejam aqui perseguidos objetivos bem mais delimitados. Publicada por uma editora universitária e desde o início planejada para um formato final bilíngue, esta tradução foi, assim, concebida como uma ferramenta especialmente voltada para o trabalho acadêmico – de docência, pesquisa ou estudo – em história da filosofia moderna. Ela seguiu, destarte, o ideal regulador – nunca perfeitamente obtenível – de máxima estabilidade lexical, de modo que, sempre que possível, foi adotado um e somente um equivalente português para cada termo latino, não somente em se tratando de verbos, substantivos, adjetivos e outros elementos frasais de primeira grandeza, mas também de elementos sincategoremáticos (mais discretos e difíceis, mas não menos decisivos). Particular atenção foi semelhantemente concedida à contribuição da sintaxe na produção do sentido das frases latinas, esperando que a tradução refletisse aproximações, subordinações e contraposições que a movimentação interna à frase original pareceu tornar relevantes. Aspectos concernentes ao estilo de Espinosa, tais como um recorrente uso de negações encadeadas (e.g. *nemo non videt*: “ninguém não vê”), foram respeitados, mesmo quando foi tentador usar fórmulas afirmativas diretas. Em suma, buscou-se aqui não apenas trazer para o português o sentido do texto latino, mas obter, ademais, certo espelhamento do texto latino pelo texto português, de forma que este funcionasse como uma via de acesso àquele. Por outras palavras, tentando não incorrer no erro de propor uma tradução legível apenas por quem já pode compreender diretamente o idioma original, procurou-se, não obstante, convidar o leitor – e dar-lhe condições para isso – a consultar o texto latino tendo por guia o texto oferecido em português. O resultado – estou absolutamente consciente disso – às vezes não é o de mais fluente leitura e nem sempre corresponde às soluções mais elegantes, mas, em contrapartida, procura permitir ao leitor alguma vivência do uso próprio que o autor fez de termos, locuções, partículas etc. E o autêntico sentido dos signos, como se sabe, é dado pelo seu modo

de uso (conforme reconhece o próprio Espinosa no Capítulo XII de seu *Tractatus Theologico-Politicus*).

Por fim, como o mencionado espelhamento, do ponto de vista da experiência de leitura, é uma via de mão dupla, a presente tradução também foi concebida como uma forma de interferência nos usos correntes do idioma para o qual se traduziu. A tarefa de traduzir foi, assim, pensada como ocasião privilegiada para contribuir com o desenvolvimento do português como língua filosófica. É nessa chave que se devem compreender, por exemplo, a preferência pelo termo “emenda” para traduzir *emendatio*, ou o uso sistemático de “intellecto” para *intellectus* (mesmo onde o hábito faria esperar “entendimento” e “entender”), bem como o uso do verbo “inteligir”, mesmo em formas defectivas em nosso idioma. Com esse mesmo intuito, foi dada especial atenção ao vocabulário fabril (*facio, fabrica, opifex, fictio, fingo, conficio, cudo, instrumentum, operatio, labor* etc.), ligado à cultura seiscentista do *homo faber* e às influências baconianas sobre o TIE, presenças marcantes em seu repertório terminológico e que irradiam a ideia de atividade produtiva por todo o texto, cooptando para esse campo semântico inclusive expressões tradicionais do latim, tais como *operam dare*, aqui traduzida por “dedicar trabalho”; *mag-nopere*, traduzida por “com grande trabalho”; ou *opus est*, traduzida por “é mister” (esta última opção tendo, aliás, a vantagem de não introduzir imprópria ou precocemente a ideia de modalidades lógicas, como muitas vezes ocorre com o uso da tradução “é necessário”). De modo geral, evitou-se que termos filosoficamente mais carregados se sobrepusessem aos que só vão ganhando mais densidade conceitual conforme Espinosa, pouco a pouco, os emprega em contextos argumentativos variados (evitou-se, por exemplo, substituir *dari* por “existir”). Por isso mesmo, foi um tanto a contragosto que inúmeras vezes lançou-se mão do substantivo plural “coisas” para suprir em português a falta de recurso equivalente ao tradicional uso do neutro plural latino. Sempre que possível, isso foi evitado.

Foi preservada a paginação de Gebhardt, cuja numeração se exhibe no canto superior direito da página da tradução, contendo primeiramente o número da página do volume e, em seguida, o número da página na sequência integral das obras. Sua paragrafação também foi mantida, embora, como já mencionado anteriormente, tenham sido introduzidos também os números da usual paragrafação de Bruder. Já a pontuação foi frequentemente alterada em função de exigências próprias a nossa língua, conquanto algumas idiossincrasias tenham sido toleradas a bem do espelhamento pretendido.

Em certas passagens, porém, quando pareceu crucial fazer ver certos sintagmas, foi admitido o emprego do símbolo “–”, funcionando como um parêntese fraco, mas que não existe no original. Antecipações ou posposições de palavras no final ou no início das páginas foram assinaladas, respectivamente, com os símbolos “/.../” (indicando que o termo pertence à página seguinte) e “\...\<” (indicando que o termo pertence à página anterior). Por vezes necessárias ou úteis, as incisões de palavras que não estão presentes no original seguiram a prática convencional de destacar entre colchetes os elementos exógenos ao texto. Já as incisões, feitas pelo próprio Gebhardt, de expressões holandesas oriundas dos *Nagelate Schriften*, seguem o mesmo padrão por ele adotado: “<...>”.

Respeitando o perfil da Coleção Multilíngues, não foram introduzidas as mais de cem notas – filológicas e filosóficas – geradas pelo trabalho de tradução (a serem recuperadas no já anunciado estudo em preparação sobre o TIE). Uma única exceção foi aberta para a introdução do subtítulo holandês do tratado, presente nos *Nagelate Schriften*. Nela, além da apresentação e da tradução de tal subtítulo, breves referências a outras obras justificam que o TIE seja considerado como a *Medicina Mentis* e a *Logica* de Espinosa, o que se faz relevante sobretudo à luz das considerações de Mignini, mencionadas mais acima, que transferem essas designações à segunda parte da KV. Ora, sem prejuízo da pertinência da caracterização desta última como também sendo uma sorte de Medicina da Mente, a tese – defendida pelo mesmo Mignini – de que o TIE é a primeira obra de Espinosa acaba por conferir a esse tratado, mais do que a qualquer outro texto do sistema espinosano, as credenciais para receber tais títulos (Lógica e Medicina da Mente), visto que, como se lê no próprio tratado, o trabalho que distingue, purifica e aperfeiçoa a atividade intelectual, a fim de que o intelecto bem entenda a si mesmo, as coisas e Deus, não é e não pode ser a segunda parte de um raciocínio já iniciado pela metafísica ou ontologia, pois é o que deve ser feito *ante omnia*.

Além das edições do texto latino (muitas delas acompanhadas de traduções) e das traduções para o português já indicadas, foram também consultadas as seguintes publicações: (i) a tradução para o francês, de Michelle Beyssade, baseada no texto latino estabelecido por Mignini e, juntamente com este, publicada no primeiro volume da já referida edição crítica francesa das obras completas de Espinosa²³; (ii) a tradução de Bernard Pautrat, também

²³ *Op. cit.*, 2009.

em edição bilingue (*Traité de l'amendement de l'intellect*²⁴); (iii) a tradução, em semelhante formato, de Alexandre Koyré (*Traité de la réforme de l'entendement*²⁵); (iv) a tradução para o inglês, elaborada por Edwin Curley, disponibilizada no comentário de H. De Djinn ao TIE (*Spinoza – The Way to Wisdom*²⁶); (v) a tradução espanhola de Atilano Dominguez (*Tratado de la reforma del entendimiento. Principios de Filosofía de Descartes. Pensamientos Metafísicos*²⁷); e (vi) a clássica tradução francesa de Charles Appuhn, publicada no primeiro volume de sua edição das *Oeuvres (Spinoza)*²⁸.

A presente tradução também se beneficiou de traduções parciais que fiz do TIE como participante do Grupo de Estudos Espinosanos da USP, entre 1996 e 2006, a cujos membros agradeço pelas contribuições que me foram dadas à época. Agradeço, ademais, aos colegas da Fafil-UFG, que em tempos mais recentes contribuíram direta ou indiretamente para esta tradução, bem como aos alunos das disciplinas de Tópicos de Filosofia Moderna, que, entre 2013 e 2014, ajudaram-me a testar os protótipos deste resultado final. Infelizmente, seria por demais extenso nomear a todos. Contudo, dentre estes últimos, agradecimentos especiais devem ser dados a Elliot Santovich Scaramal, por sua generosa ajuda na revisão do texto. Também agradeço a Antônio Muniz de Rezende e Ulysses Pinheiro, pelas correções e sugestões que me fizeram na fase final da revisão.

Dedico o presente trabalho, *in memoriam*, a minhas filhas, Anna e Nina, nascidas e falecidas precocemente em dezembro de 2013.

Cristiano Novaes de Rezende

²⁴ 1ª ed. 1999. Paris, Éditions Allia, 2009^r.

²⁵ 1ª ed. 1936. Paris, Vrin, 1994^r.

²⁶ Purdue University Press, 1996.

²⁷ Madrid, Alianza Editorial, 1988.

²⁸ Paris, GF-Flammarion, 1964.